



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES


97


CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 16/23

2023/09/21





QUADRIÊNIO 2021/2025


ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2023


Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores:

ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS, FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES DUARTE GEADA, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, TÂNIA PATRICIA MOREIRA BENTO RIBEIRO, RENATO CARDOSO DE ALMEIDA, LUIS RICARDO MOREIRA DE SOUSA E SANDRA MARIA DA SILVA MARTINS.

A reunião foi secretariada por Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal.

Sendo dez horas e vinte e oito minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.







1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA


Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, verificando-se as intervenções do Senhor vereador Ricardo Sousa e do Senhor Presidente da Câmara Municipal.


Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou: “Eu vi na comunicação social que o Senhor Presidente foi visitar o local onde funciona a ETAR que está em substituição e dizer-lhe que em tempos disse que um dia convidaria o executivo e a comunicação social para uma visita. Faltou convidar os outros membros do executivo e não conseguimos perceber o porquê. Será que mais uma vez temos algo a esconder? Eu até acredito que ela funcione bem queria é saber qual é a capacidade de tratamento desta ETAR provisória dado que isso é que é importante porque se anda a gastar dinheiro no Rio Ferreira que vai melhorar um bocado com a vinda das chuvas e os odores não serão tantos. Nós desde sempre falámos nos valores que a APA punha em cima da mesa para a ETAR que estava a funcionar mal e o Senhor Presidente sempre defendeu esses valores certamente com suportes técnicos, mas nunca passamos dos 25% de tratamento. Agora gostava de saber qual é a percentagem de resíduos que são tratados, não é só dizer que a ETAR está a trabalhar bem. Ao não querer a nossa presença, leva-nos a concluir que provavelmente não estaria em condições de ter capacidade de resposta àquilo que nós queremos e que é efetivamente o funcionamento da ETAR para que o Rio Ferreira não prejudique as cidades contíguas porque é um crime ambiental e o Senhor Presidente disse que o que anteriormente a APA transmitia não correspondia. Acredito que estejam a monitorizar o início do ano escolar e gostaríamos de saber se temos muitas turmas sem professores e qual é a dificuldade. Eu sei que não nos compete a nós diretamente e que os alunos são maioritariamente do Concelho de Paredes, mas é preocupante atendendo aos números que ouvimos na comunicação social do que se passa pelo País e eu não quero crer que alguém acredite que o problema é termos alunos a mais e não falta de professores. Aproveito para agradecer ao Pelouro da Educação o convite para a entrega das bolsas, infelizmente não pude estar presente por motivos profissionais e deixo aqui um reparo para o facto de nenhum dos meus colegas da vereação ter sido convidado, teria sido útil tê-los







convidado. Presumo que na cidade de Rebordosa é a única escola do 1º ciclo que leciona numa das antigas instalações. O Senhor Presidente ocupa o cargo há 5 anos, no passado dizia que essa escola já devia ter sido feita e nunca foi feita, acho que já podia ter verificado. Penso que tínhamos aqui uma oportunidade de construir através do PRR porque já percebemos que a cidade não vive sem essa escola e podíamos ter a possibilidade de construir outro centro escolar, feito em função da atividade existente naquela escola, eu já disse várias vezes que havia terreno para isso. Todos percebemos que aquela escola não tem as mesmas condições que as outras e não quero acreditar que no Concelho de Paredes haja alunos de 1ª e de 2ª. Esta é uma sugestão dos vereadores do PSD que faria todo o sentido. Fomos sempre questionando se havia um plano de intervenção para as estradas, no início o Senhor Presidente disse-nos que sim e depois disse que ia fazendo caso a caso, mas o que se constata é que muitas estradas se encontram bastante degradadas e com as chuvas isto tende a piorar. Quase nada foi feito no Verão e depois espero que não venham dizer depois que foi devido a este inverno quando andamos a falar deste assunto durante toda a Primavera e Verão. Disse-nos que a responsabilidade das comemorações do Dia do Bombeiro era da responsabilidade do vereador da Proteção Civil. Pelo que soubemos, o almoço teve um custo de 27 € por pessoa para comer feijoada. Num dia que deve ser digno e se se faz uma homenagem merecida aos bombeiros, ofereceu-se um almoço que acabou por não chegar para todos o que deixa uma má imagem do executivo e o município de Paredes. Pergunto se a empresa vai ser penalizada ou não até porque o pagamento já foi efetuado, na altura, o Senhor Presidente disse-nos que não estava em condições de responder e que isso era da responsabilidade do vereador da Proteção Civil. Na última reunião falei da limpeza das ruas e o Senhor Presidente disse-me para eu apontar as ruas, mas isso não é minha função e quem anda pelo concelho, facilmente repara que há falta de limpeza nas ruas e cabe-nos chamar a atenção do pelouro e de quem tem essa responsabilidade para que tudo esteja em conformidade. Presumo que este ano, em apoios para o ciclismo, estaremos quase nos 100.000 € e acho que devia pensar em termos uma equipa completa de ciclismo porque o retorno seria infinitamente maior do que é hoje a apoiar a equipa de ciclismo do Boavista e com outros eventos. Nem quero lembrar as palavras do Senhor Presidente em 2018 quando cancelou um Prémio JN com a justificação de que o ciclismo não dava o retorno do investimento. Hoje nós gastamos muito mais e eu continuo a acreditar que é uma potencialidade em termos de retorno e imagem para o concelho pelo que faria todo o sentido termos uma equipa de ciclismo em toda a linha, desde a formação sub-23 e séniores. Com toda a certeza que, com as






empresas que temos no concelho e com os parceiros certos, elevaríamos bem mais alto o nome do concelho de Paredes e o retorno seria bem maior. Ao longo dos tempos nós ouvimos o Senhor Presidente dizer que a Tarifa Social Única da água só não entrava em vigor porque havia uma divergência devido ao Resgate e que era difícil a implementação da medida devido ao sistema informático e outros afins. O que é facto é que os SMAS já estão a funcionar há uns meses, a Tarifa Social está aprovada e pergunto qual o porquê de ainda não ter entrado em vigor? Procedeu-se ao pagamento de 1.700 € por uma charrete, gostava de saber para que fim é que foi. Também quero questionar mais um pagamento de 7.380 € para Ricardo Bexiga, Oliveira Silva & Associados, isto é continuamente, os valores são grandes, o Senhor Presidente vai dizer que isto é uma conta corrente e tem a ver com processos. Gostava de saber se nós temos mais processos que possam pôr em causa o passivo contingente. A concessão do espaço para bar no Estádio Municipal está a funcionar ou não? Foi dito que no jogo entre o USC de Paredes e o Rebordosa Atlético Clube a água foi oferecida pelo município porque o espaço não estava aberto. Isto corresponde à verdade? O problema com a relva do Estádio Municipal está resolvido ou vai ser sempre muito mais frágil naquela faixa? Infelizmente estamos em crer que naquela zona será difícil e acho que isso foi um problema de quem projetou a obra porque a bancada daquele lado fará sempre sombra. Queria perguntar se o Senhor Presidente aprofundou o assunto das Unidades Locais de Saúde - ULS porque o que está em causa é muito mais que aquilo que parece e a ULS que o Governo está a prever afeta muito diretamente Paredes. Os cuidados de saúde primários já não funcionam bem porque temos muitos utentes sem médico, o município vai deixar de ter mão porque mesmo com a delegação de competências passam a estar sob a alçada das administrações das ULS o que quer dizer que o ACES deixa de estar sob a alçada do município. Isto é um problema gravíssimo porque nós mais uma vez vamos passar ao lado de tentar resolver todos estes problemas sem capacidade para fazer o que quer que seja. O que se passa nas ULS é uma centralização de serviços, nós sabemos que o hospital trabalha muito mal, não é por acaso que uma empresa privada e que nós temos que respeitar vai fazer um hospital mesmo em frente, acho até um despeito porque vai servir de âncora e vai ajudar muito o outro que está em frente. Isso é logo um sinal de que efetivamente o hospital não trabalha bem porque não há nenhuma empresa privada que invista e bem, para não ganhar dinheiro. Em Matosinhos, o tempo de espera para fazer uma radiografia ou umas análises é completamente diferente daquilo que nós estamos habituados porque existe o P1 e podemos deslocar-nos aonde quisermos para fazer as análises e depois não







será assim. Quero dizer que a minha posição é completamente diferente da do Senhor Presidente, porque sou contra o modelo que se está a instalar com o universo dos 500.000 utentes que possam estar nessa ULS e tudo farei para que assim não aconteça. Aconteceu mais um evento levado a cabo por um promotor privado no Pavilhão Multiusos e queria saber se o promotor é o mesmo do outro e é curioso saber quem é que são os donos. É importante saber se tivemos custos ou receita, porque uma coisa é cedermos o espaço e termos o aluguer e eles terem o retorno, outra coisa é não termos custo nenhum e cedermos enquadrando numa área lúdico-cultural do concelho num programa estratégico em que houvesse vários eventos destes por todo o concelho. Outra coisa será apoiarmos uma empresa privada cujo objetivo é obter lucros com estes eventos e a Câmara arcar com custos porque a meu ver não faz sentido. Imaginemos que aquela empresa ganhou 5 ou 6.000 € com este evento e para isso a Câmara ter um prejuízo de 10/15.000 €? Sei que os bilhetes não foram baratos, mas isto é em tese, nem sei se isto tem enquadramento legal, é um problema de quem exerce. Eu gostava de saber se houve custos para município e quais foram. Pergunto se já temos novidades sobre o estudo de impacto ambiental da Unidade de Biorresíduos e que nós chamamos de fábrica do lixo de Baltar? Na altura ficou designado um prazo de 60 dias, presumo que esse prazo já se esgotou. Também perguntar-lhe se a APA já se pronunciou acerca das minas da Sobreira.


Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que disse o seguinte: “Relativamente à questão da ETAR e como acontece muitas vezes, está completamente enganado, nós não fizemos nenhuma visita à ETAR e sim a uma obra que está a decorrer, tal como eu faço todas as semanas com as obras que estão a decorrer no concelho. Foi feita uma visita à obra de requalificação das margens do Rio Ferreira, não se tratou de uma visita à ETAR. Simplesmente a comunicação social e bem e eu próprio aproveitamos essa visita do Engenheiro Pimenta Machado da APA para saber qual é o ponto da situação da construção da nova ETAR. Como sabe, neste momento está em funcionamento uma ETAR provisória que trata a totalidade dos resíduos só que não faz o tratamento completo que vai fazer a outra. Há uma série de procedimentos com os tratamentos que a ETAR provisória não faz e tivemos a oportunidade de questionar sobre quando é que seria lançado o concurso público para a ETAR definitiva. Aquilo que nos foi dito também pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, é que estão mesmo na parte final da preparação do caderno de encargos para o projeto de execução/construção. A avaliar pelas





palavras do engenheiro Pimenta Machado, estou convicto que o concurso público que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Paços de Ferreira está mesmo para ser lançado e aí poderá consultar o projeto de execução tal como eu o vou fazer. Nós estamos a acompanhar de perto tendo em conta a má experiência que aconteceu no passado. Quanto à questão da monitorização do ano escolar, vamos solicitar essa informação às escolas para saber se há casos de falta de professores. Quanto ao convite para a entrega das bolsas de estudo, só foi feito aos membros do Júri e como tal só o Senhor vereador o recebeu. A outra questão é mais uma que o Senhor lança para o ar como se não tivesse qualquer tipo de responsabilidade política, mas isso já estamos habituados. Quando alguém que foi candidato a Presidente da Câmara e foi eleito vereador da Câmara Municipal de Paredes diz que podemos aproveitar o PRR para fazer uma escola nova, eu só lhe peço que me informe qual é o aviso do PRR que permite fazer escolas novas. O Senhor como rebordosense devia era dizer que não volta a tirar fotografias ao lado do Presidente da Câmara que me antecedeu, que teve oportunidade de fazer duas escolas em Rebordosa e só fez uma. O Senhor lança atoardas, vem dizer que temos oportunidade de fazer uma escola através do PRR quando sabe perfeitamente que não há nenhum aviso aberto para se fazerem escolas novas. Quem os teve perdeu a oportunidade de o fazer, sabe-se lá porquê, porque esse Senhor que me antecedeu detesta Rebordosa e não só não fez o outro centro escolar como retirou a direção do agrupamento para Vilela, já para não falar de outros investimentos. Quanto ao plano de intervenção nas estradas, nós estamos a fazer as intervenções que entendemos, vai ser feita uma nova rua na Zona Industrial de Gandra e estamos a aproveitar todas aquelas obras que estamos a fazer dos SMAS para pavimentar. Há algumas pavimentações que até já podiam ter sido feitas, mas vamos aproveitar todas as intervenções que temos que fazer para o saneamento e depois pavimentar. Por exemplo, já temos a adjudicação para a pavimentação da estrada que vai dos Chãos até Lousada, mas estamos a aguardar o lançamento do procedimento do saneamento porque não fazia sentido pavimentar e depois fazer o saneamento. É essa a razão pela qual, nalguns casos, temos que protelar as intervenções porque agora temos outra responsabilidade e temos a possibilidade de fazer um esforço adicional e vamos fazer o saneamento. Posso informar que neste momento já temos 5 milhões de euros do Portugal 2030 para fazermos intervenções, só estamos à espera que abram os avisos para começarmos com outros investimentos que temos previstos e alguns deles vão resultar em pavimentações de estradas. Quanto à questão do almoço dos bombeiros, até hoje eu não tive conhecimento de nenhuma queixa em relação a esse almoço





que custou 22 € ao contrário dos 27 € de que falou e que eu não sei onde é que foi buscar. Quanto à limpeza das ruas, nós estamos em constante diálogo com as juntas de freguesia porque é uma competência que lhes está delegada, mas com o tempo que tem feito é natural que as ervas cresçam e depois o nosso concelho é um concelho urbano e rural. É completamente falso aquilo que disse em termos de gastos que tivemos com o ciclismo. Nós temos um apoio a uma equipa de ciclismo no valor de 40/45.000 € e apoiamos alguns prémios e para ter uma ideia só o prémio JN que suspendemos a adjudicação era superior a esse valor de 100.000 € de que falou. Quando chego a uma Câmara Municipal que nem acesso a fundos comunitários tinha, inicialmente tive que pôr as contas em ordem e não digo que no futuro não possa vir a apoiar uma equipa com valores maiores, mas primeiro tenho que ter a garantia de ter contas totalmente controladas para ter possibilidade de fazer esse tipo de investimentos. Quanto à Tarifa Social da Água, nós estamos agora a preparar o Orçamento dos SMAS para 2024, é a altura ideal para pôr essa medida em funcionamento e vou ver como é que isso está a ser tratado. Quanto ao aluguer da charrete, julgo que terá sido aquando do Festival da Primavera, vou averiguar. O pagamento ao escritório de advogados tem a ver com os processos que como sabe têm sessões de julgamento, vão decorrendo e tem que se ir pagando à medida que vão acontecendo. Ainda não foi lançado o concurso público para adjudicação do bar do Estádio Municipal e só depois disso é que começará a funcionar tal como aconteceu com o bar da Piscina Verde. Quanto à questão da água não foi fornecida pelo município, foi um gesto de cortesia do União Sport Clube de Paredes e não tenho dúvidas de que o Rebordosa Atlético Clube fará o mesmo. Quanto à questão da relva não há qualquer problema. Relativamente às ULS, já tive oportunidade de lhe dizer que a minha preocupação são as obras que estamos a fazer de melhoramento das condições nas USF's e vamos ter em breve intervenções em todas as USF's do concelho de Paredes com grande enfoque na USF de Paredes que é a que está aberta até' mais tarde e que tem a Unidade de Saúde Pública. A ULS é um modelo de organização, não vai mudar nada em relação ao hospital e às USF's que vão continuar a ser os mesmos simplesmente é um modelo que vai tentar coordenar melhor os hospitais com as USF's, nem os ACES vão deixar de existir. Quanto à questão do evento, nós cedemos o espaço a título gratuito e só demos apoio logístico, a partir daí, quem correu o risco da realização desse evento foram os promotores. Quando tivermos o Auditório, se houver um promotor que o queira utilizar ou o salão de congressos, primeiro vamos avaliar quanto ao interesse do evento em termos culturais e sociais para o concelho e quanto às garantias de capacidade para levar a cabo o evento.

Depois temos que definir se cobramos um aluguer ou se o evento nos interessa e podemos até ceder a título gratuito. Nós não fomos promotores do evento, portanto, quem corre o risco do lucro ou do prejuízo não somos nós nem vamos saber junto das pessoas se tiveram lucro ou prejuízo. Relativamente ao complemento do estudo que já tinha sido feito para a Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos, ainda não tenho nota da sua conclusão e vou saber junto da AMBISOUSA hoje, na reunião da Administração qual o ponto da situação. O mesmo se passa com as minas da Sobreira, não temos ainda qualquer tipo de informação quanto à pronúncia, não sei se é da APA como frisou, a APA é um dos organismos que tem que emitir parecer, mas não será a APA, neste caso será o Ministério do Ambiente, mas ainda não temos nota e sabe perfeitamente qual foi a nossa posição em relação a isso.

2 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/08/2023 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a proposta da ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia 28 de agosto e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023/08/28.

3 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte de setembro do corrente ano, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: quarenta e oito milhões setecentos e vinte e cinco mil oitocentos e setenta e seis euros e vinte e um cêntimos.





OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: setecentos e oitenta e oito mil trezentos e cinquenta e oito euros e onze cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

4 - PAGAMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Contabilidade e Finanças, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil trezentos e cinquenta e três, datada de dezoito de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a relação de pagamentos efetuados no período de vinte e um de agosto a oito de setembro do corrente ano, no montante de um milhão seiscientos e quinze mil setecentos e catorze euros e oitenta e cinco cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

5 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO ANO 2023 - 25ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL, 21ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA, 17ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, 17ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento ano 2023 - 25ª alteração orçamental, 21ª alteração permutativa ao orçamento da despesa, 17ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos, 17ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

6 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 26ª ALTERAÇÃO ANO 2023 - 22ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 18ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E ANOS SEGUINTE - 18ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO P.P.I. E ANOS SEGUINTE - PARA CONHECIMENTO





Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento 26ª alteração ano 2023 - 22ª alteração permutativa ao orçamento da despesa - 18ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais e anos seguintes - 18ª alteração permutativa ao P.P.I. e anos seguintes.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.


7 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião uma Proposta relacionada com a aprovação dos encargos plurianuais.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que disse o seguinte: “Há investimentos a realizar neste período do ano cuja despesa já não cabe na totalidade no exercício do ano económico de 2023, porque enquanto a obra começa e não começa poderão iniciar-se muito perto do final do ano e algumas já só no início do próximo ano. Para isso, há necessidade de alterar os nossos encargos plurianuais, isto é, esse investimento, apesar de ter início este ano, vai-se prolongar durante o próximo ano ou até mais e como tal, há que o incluir no Orçamento e submetê-lo também à Assembleia Municipal. Posso dar-lhe como exemplos, a obra da Casa Mortuária de Rebordosa que vai ser lançada agora, mas o resto será no próximo ano e o caso de todo o equipamento de som e luz do Auditório que só será instalado no início do próximo ano. Há ainda a obra do Parque Urbano de Baltar cujo projeto de execução estava pendente de uma sondagem ao terreno e já está concluído e apurado o valor e, portanto, esse concurso também vai ser lançado no próximo mês. A execução desta obra vai iniciar-se muito perto do final do ano e por isso obriga também a esta atualização do Orçamento Plurianual.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DOIS VOTOS CONTRA DO PSD, APROVAR OS ENCARGOS PLURIANUAIS NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLIEA MUNICIPAL PARA





DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram contra, reconhecem que algumas das obras são necessárias, no entanto e no cômputo geral, há muitas coisas nos encargos plurianuais com as quais discordamos e termos votado contra.”


8 - APROVAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL - REABILITAÇÃO DA ANTIGA ADEGA DE PAREDES - PARA RATIFICAÇÃO


Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação da Divisão de Financiamentos e Tesouraria, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e seis mil novecentos e noventa e três, datada de vinte e oito de agosto do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a minuta da primeira adenda ao Contrato de Financiamento Reembolsável - Reabilitação da Antiga Adega de Paredes.

O Senhor Presidente da Câmara observou: “Numa fase inicial a obra tinha um determinado valor de fundos comunitários e uma parte que não era financiada e nós tivemos de recorrer a um financiamento ao BEI. O que é certo é que ao longo do desenrolar da obra conseguimos aumentar a parte de financiamento comunitário porque, entretanto, houve overbooking e como tal, a parte de financiamento reduziu. É essa redução do financiamento que está aqui em causa para que também nos façam chegar essas verbas até porque, até ao momento, tudo quanto pagámos desta obra foi com meios próprios e com os fundos comunitários e temos agora que ser ressarcidos deste financiamento.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR O PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, RATIFICAR O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DATADO DE TRINTA DE AGOSTO DO CORRENTE ANO QUE APROVOU A MINUTA DA PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO





REEMBOLSÁVEL - REABILITAÇÃO DA ANTIGA ADEGA DE PAREDES.

O Senhor vereador Ricardo Sousa, em nome do PSD, fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD abstiveram-se porque inicialmente presumimos que o valor que era para ser financiado por fundos comunitários era superior, depois foi reduzido e agora há uma correção positiva que é de louvar. No entanto, julgo que fica aquém do realmente previsto, daí a nossa abstenção.”

9 - SMAS - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2023 - 6º ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL E 5º ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento de 2023 dos SMAS Paredes - 6º alteração orçamental e 5º alteração permutativa ao orçamento da despesa.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

10 - SMAS - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2023 - 5º ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - 4º ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DESPESA E ANOS SEGUINTE E 3º ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PPI - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a alteração ao orçamento 2023 dos SMAS Paredes - 5º alteração orçamental - 4º alteração permutativa ao orçamento despesa e anos seguintes e 3º alteração permutativa ao PPI.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

11 - SMAS - 1º ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL - ANO 2023 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a deliberação do Conselho de Administração dos SMAS Paredes respeitante à 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2023.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que salientou: “O que está aqui em causa é a passagem de um Técnico Superior por mobilidade e depois a abertura de um concurso para assistentes técnicos e também para assistentes operacionais, eletricitas e canalizadores.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DOIS VOTOS CONTRA DO PSD, APROVAR A PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SMAS PAREDES PARA 2023. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.


O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram contra porque entendem que já se está a aumentar o Quadro de Pessoal, os Serviços Municipalizados não passaram há tanto tempo assim. Percebendo que anteriormente a estrutura funcionava, não conseguimos perceber como em tão curto tempo útil se quer alargar o Quadro de Pessoal, daí termos votado contra.”


O Senhor Presidente da Câmara, em nome do PS, fez a seguinte declaração de voto: “Nem todos os funcionários pertencentes às Águas de Paredes ficaram nos SMAS, alguns foram para as Águas de Valongo e, portanto, apesar da abertura do concurso, ainda assim ficamos com menos pessoal do que tinha as Águas de Paredes.”

12 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Contabilidade, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil seiscientos e dois, datada de dezoito de setembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a alteração ao Mapa de Pessoal.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que disse o seguinte: “Trata-se da abertura de um concurso para a contratação de alguém da área de gestão. Nós pretendemos que o





Auditório/Centro de Congressos, que é o maior investimento feito por este executivo, seja gerido de uma forma muito autónoma, que tenha uma contabilidade de custos que permita apurar a todo o momento quanto está a custar aquele equipamento e o que nele é realizado. Como tal, temos que contratar uma pessoa nesta área da contabilidade de gestão e de custos que vai ficar responsável por essa função.”

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que referiu: “Eu percebo a explicação, mas há aqui outra questão subjacente que é a abertura de mais um lugar no Quadro, mais um funcionário, mais um Técnico Superior para a contabilidade. Na altura questioneei sobre qual era a relação custo/manutenção deste equipamento por ano e ainda hoje estou à espera da resposta que devia ter tido a montante. Aqui já está a indexar outro custo direto que é o custo de um Técnico Superior, eu percebo a lógica do que disse, mas ao mesmo tempo, estamos a onerar as despesas do município e é isso que para nós está em causa na visão que temos para o Concelho.”


Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DOIS VOTOS CONTRA DO PSD, APROVAR A ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL NOS TERMOS PROPOSTOS. MAI FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

13 - 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE VANDOMA (Nº 180/2021, Nº 62/2022 E Nº 218/2022) – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a minuta da 3ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Vandoma.

O Senhor Presidente esclareceu que este contrato visa a alteração do objeto do contrato, no sentido de acrescentar uma rua.






Pediu a palavra o Senhor Vereador, Ricardo Sousa, que disse o seguinte: “Constatamos que este contrato tem mais uma rua em relação ao anterior, mas percebemos que não há mudança de valor. Isto quer dizer que o valor que tinha era suficiente? Sobrou algum valor e que agora é possível ainda fazer obra nesta rua? Ou poderá, à semelhança do que tem acontecido noutras situações, vir outro contrato para retificação do valor? O que deveria acontecer era a análise do processo e se houver alteração do objeto deveria, desde logo, haver alteração ao valor. O que acontece assiduamente, é que alteram o objeto e depois noutra retificação vem o reforço de verba.


Tomou a palavra o Senhor Presidente, que disse o seguinte: “Eu compreendo perfeitamente a situação dos Presidentes de Junta de Freguesia. As Juntas de Freguesia, são as Autarquias mais próximas da população. Quando fazemos uma delegação de competências, os Presidentes de Junta perspetivam fazer intervenções em algumas ruas. No entanto, no decorrer do tempo, em virtude de alguma urgência ou necessidade premente, há necessidade de alteração da decisão, por ser mais prioritário investir numa rua do que noutra que estava mencionada no contrato. O que é certo é que se trata de investimento em ruas, que depois há um trabalho de fiscalização da obra que confirma a execução da obra de acordo com o contrato e das faturas apresentadas. Por vezes cai um muro, ou é urgente resolver problemas de águas pluviais ou necessidades urgentes de reparação de ruas que estão bem e em virtude de chuvas intensas ficam danificadas, são motivos que levam a estas alterações. Por vezes acontece de haver ruas nos contratos, cujas obras não serão realizadas, porque, entretanto, apareceram outras mais urgentes e o dinheiro não chegou.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE VANDOMA (Nº 180/2021, Nº 62/2022 E Nº 218/2022), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

14 - CONTRATO DE COOPERAÇÃO (ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO) COM A





FREGUESIA DE BALTAR - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a minuta do Contrato de Cooperação com a Freguesia de Baltar para atribuição de apoio financeiro.

Pelo Senhor Presidente foi dito que neste caso concreto, houve a necessidade de celebrar este contrato, para aumentar a vigência do prazo para a execução da obra.


Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE BALTAR PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

15 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Rebordosa.

Pelo Senhor Presidente foi dito o seguinte: “Trata-se de uma situação que vamos implementar em Rebordosa e em princípio será para executar em todos os Centros Escolares, para cobertura dos campos de jogos, pois as escolas queixam-se de que há falta de espaço para o recreio, no Inverno. Pretendemos fazer delegações de competências para a cobertura dos campos de jogos. Esta será a primeira escola e que funcionará como experiência, e se o modelo a implementar resultar, iremos alargar a medida a todos os centros escolares, de uma forma gradual. Estamos a falar de um investimento de cerca de setenta e três mil euros mais IVA”.





Interveio o Senhor Vereador, Ricardo Sousa, que disse: “Tratando-se do espaço de recreio dos alunos, votaremos a favor, mas gostaria de fazer um reparo, pois o processo deveria ter um esboço do que pretendem fazer e um orçamento dos trabalhos, para clarificar”.

O Senhor Presidente disse que ainda não têm o projeto final, pois ainda estão a ver a melhor cobertura para o local e referiu que o valor mencionado em princípio será suficiente porque as sapatas de fundação serão feitas pelos funcionários da autarquia.

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.


16 - 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBREIRA (Nº 170/2021, Nº 64/2022 E Nº 148/2022) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a minuta da 3ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Sobreira.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBREIRA (Nº 170/2021, Nº 64/2022 E Nº 148/2022), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE





ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

17 - 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBREIRA (Nº 40/2023, Nº 63/2023 E Nº 93/2023) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a minuta da 3ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Sobreira.

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBREIRA (Nº 40/2023, Nº 63/2023 E Nº 93/2023, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.


18 - 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBROSA (Nº 183/2021, Nº 62/2023 E Nº 109/2023) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a minuta da 3ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Sobrosa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBROSA (Nº 183/2021, Nº 62/2023 E Nº 109/2023), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO





MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.


19 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE GANDRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Gandra.

Pelo Senhor Presidente foi dito que este contrato é muito importante para a estratégia de investimento que este município tem para Gandra, com a delegação de competências para elaboração do projeto de arquitetura do futuro Parque Urbano de Gandra.

Pelo Vereador Ricardo Sousa foi dito: “Senhor Presidente pretendemos saber se já foi realizado o levantamento topográfico da área, porque estamos a falar de um projeto de arquitetura na ordem dos cem mil euros. E depois ainda virá as especialidades. Também pretendemos saber se esta verba será financiada”.

Respondeu o Senhor Presidente, nos seguintes termos: “Esperamos que esta obra tenha apoio do Portugal 2030. É uma obra de requalificação urbana e contamos que os avisos do Portugal 2030 abram no final do último trimestre deste ano ou no início do próximo ano, razão pela qual este assunto veio agora. Vai ser um Parque com um valor considerável, pois será um parque com dois hectares e meio, numa primeira fase, com perspetiva de alargamento para o dobro. Pretende-se um parque com maior qualificação do que aqueles que temos neste momento, pois vai ter um bar de apoio, um campo de relvado sintético, um parque radical, um parque workout, um parque para educação física geriátrica, um espaço para a prática de basquetebol, parque de petanca e parque infantil. Será um parque devidamente equipado, pois estamos a falar de uma das cidades de Paredes. Espero que este projeto esteja concluído no final do ano, para posteriormente podermos delegar competências para os projetos de especialidades e é uma obra que eu queria pôr no terreno até março do próximo ano. Quando tivermos um pré projeto, o mesmo será apresentado. Confirmando a existência do levantamento topográfico das áreas a ocupar”.





Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE GANDRA, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

20 - CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE CRISTELO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, a minuta do Contrato de Cooperação com a Freguesia de Cristelo.


Interveio o Senhor Presidente, que disse o seguinte: “Este é um contrato com a freguesia de Cristelo, para que eles possam, dentro em breve, avançar com o levantamento topográfico, estudo acústico, estudo Geológico, Estudo Geotécnico, Projeto de arquitetura e projetos de especialidades para o novo complexo desportivo da freguesia de Cristelo. Pretendemos avançar com este projeto no início do próximo ano e haverá notícias sobre este investimento, muito em breve”.

Pedi a palavra o Senhor Vereador, Ricardo Sousa, questionou se esta obra será realizada no espaço do atual campo de futebol ou será nos terrenos que se falou em tempos”.

Pelo Senhor Presidente foi dito que a localização não está decidida. Será tomada uma decisão muito em breve, e como este assunto carece de deliberação da Assembleia Municipal, enviamos o contrato para aprovação. Estamos a estudar as possibilidades de localização, cuja decisão se espera para o próximo mês de outubro. Poderá ser no local do campo atual ou noutros terrenos, que ainda estamos a analisar”.

Acrescentou o Vereador, Ricardo Sousa: “Sendo assim, estamos a aprovar um contrato de cooperação sem sabermos qual o local de execução da obra”.





Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE CRISTELO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

Pelo Senhor Vereador, Ricardo Sousa, foi apresenta a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do PSD, votaram a favor porque entendem ser uma obra útil para a freguesia, no entanto, entendemos que o local já deveria estar identificado”.


21 - DESIGNAÇÃO DE JÚRIS DE PROCEDIMENTOS PARA CARGOS DIRIGENTES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão Administrativa com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil seiscentos e oitenta e quatro, datada de catorze de setembro do corrente ano, relacionada com a designação de júris de procedimentos para cargos dirigentes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR A DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS DE PROCEDIMENTOS PARA CARGOS DIRIGENTES NOS TERMOS PROPOSTOS NA INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

22 - CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE BEM DOMÍNIO PÚBLICO - ESPAÇO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO





Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão Administrativa, com o número de identificação de processo geral, dois mil e vinte e três, datada de vinte e dois de agosto do corrente ano, relacionada a concessão do direito de uso privativo de bem do domínio público no Cemitério Municipal.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que sublinhou: “Trata-se de um espaço que já foi concessionado em anos anteriores e que terminou pelo que agora vamos lançar nova concessão.”

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PEÇAS BASE DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO DO DOMÍNIO PÚBLICO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL PARA COMÉRCIO DE VELAS E ESPONJAS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.


23 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE EVENTOS DIVERSOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão Administrativa – Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral sessenta e um mil novecentos e quarenta e sete, datada de quinze de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 02 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento das taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR OS PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DOS VÁRIOS EVENTOS CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.





24 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE EVENTOS DIVERSOS - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral sessenta e um mil novecentos e sessenta e quatro, datada de quinze de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 09 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento de taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR OS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ISENTARAM AS ENTIDADES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS.

25 - APROVAÇÃO DOS TRABALHOS COMPLEMENTARES E DA MINUTA DA 3ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO NO ÂMBITO DA EMPREITADA CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, REABILITAÇÃO DA ANTIGA ADEGA DE PAREDES - AUDITÓRIO MUNICIPAL DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Gestão de Obras Municipais com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil trezentos e vinte e cinco, datada de quinze de setembro, relacionada com o Concurso Público Internacional - Reabilitação da Antiga Adega de Paredes - Auditório Municipal de Paredes - TC3.

Usou da palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que disse o seguinte: "O valor inicial da obra era de 6 milhões 274 mil e neste momento, com estas obras complementares, vai para cerca de 7 milhões 703 mil euros. Esta obra já era substancialmente cara e atendendo à nossa posição inicial uma vez que não tinha a fundamentação da relação custo/proveito/viabilidade e com estes trabalhos complementares são mais 209.000 euros, nós vamos manter a nossa posição e votaremos contra."

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que adiantou: “Estes trabalhos complementares têm a ver justamente com a compatibilização entre as artes sênicas e a construção em si que por vezes obriga a alterações. Por exemplo, nós tivemos que fazer uma alteração ao sistema de AVAC uma vez que o que estava inicialmente projetado iria prejudicar parte do que foi projetado para o palco o que obrigou a trabalhos complementares para compatibilização de todas as partes.”

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DOIS VOTOS CONTRA DO PSD E NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA APROVAR:


- 1- A MODIFICAÇÃO OBJETIVA CONSUBSTANCIADA EM TRABALHOS COMPLEMENTARES DO CONTRATO DE EMPREITADA “CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - REABILITAÇÃO DA ANTIGA ADEGA DE PAREDES - AUDITÓRIO MUNICIPAL DE PAREDES”.
- 2- A MINUTA ANEXA AO CONTRATO DA MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO A CELEBRAR COM O ADJUDICATÁRIO AGRUPAMENTO DE EMPRESAS, J.A.M.O. - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA CIVIL, LDA. E GUALDIM ANCIÃES AMADO & FILHOS, LDA.

O Senhor vereador Ricardo Sousa fez uma declaração de voto a qual se consubstancia na sua intervenção.

26 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO ÂMBITO DA EMPREITADA REABILITAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CAMARÁRIO DE CRISTELO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Departamento de Obras Municipais - Divisão de Gestão de Obras Municipais com o número de identificação de processo geral, trinta e seis mil setecentos e dezassete, datada de onze de setembro do corrente ano, relacionada com a reabilitação do empreendimento camarário de Cristelo.





Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que salientou: “Trata-se de uma obra que visa a reabilitação total do empreendimento camarário de Cristelo e que foi uma das obras que a Senhora Ministra da Habitação visitou. Após a aprovação dos documentos de habilitação é feito o contrato já que estas obras do PRR não carecem do visto do Tribunal de Contas e por isso irá para o terreno já em outubro e espero que dentro de 1 ano possamos ter aquele edifício de habitação social completamente renovado para ser usado por mais 20/30 anos. É uma obra que faz parte da nossa estratégia de habitação local.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD E NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA APRESENTADA, APROVAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA ADJUDICATÁRIA EDILAGES, S.A. RELEVANDO O IMPEDIMENTO MENCIONADO NO PARECER DATADO DE DOZE DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO CONSTANTE DA MESMA INFORMAÇÃO. MAIS FOI DELIBERADO NOTIFICAR OS RESTANTES CONCORRENTES ADMITIDOS ATRAVÉS DA PLATAFORMA VORTAL.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD apesar de serem a favor da obra abstiveram-se dado tratar-se de questões processuais e a responsabilidade será de quem gere a obra.”

27 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO ÂMBITO DA EMPREITADA REABILITAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL DE LORDELO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Obras Municipais – Divisão de Gestão de Obras Municipais com o número de identificação de processo geral, quarenta mil setecentos e vinte e oito, datada de oito de setembro do corrente ano, relacionada com a reabilitação da Praça Central de Lordelo.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que sublinhou: “Trata-se de uma obra há muito

reclamada por aquela cidade e que vai mudar por completo aquele interessante espaço em frente à Junta de Freguesia de Lordelo. Este espaço vai ficar com outra qualificação e com outras condições para a realização das festas da cidade de Lordelo que vão deslocar-se para lá.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD E NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA APRESENTADA, APROVAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA ADJUDICATÁRIA EDILAGES, S.A. RELEVANDO O IMPEDIMENTO MENCIONADO NO PARECER DATADO DE DOZE DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO CONSTANTE DA MESMA INFORMAÇÃO. MAIS FOI DELIBERADO NOTIFICAR OS RESTANTES CONCORRENTES ADMITIDOS ATRAVÉS DA PLATAFORMA VORTAL.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez uma declaração de voto a qual se consubstancia na declaração de voto do ponto anterior.

28 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 250/21LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de seis de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo número 250/21LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 250/21LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

29 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 60/14LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de sete de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo número 60/14LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 60/14LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.


30 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 351/19LI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com despacho datado de catorze de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo número 351/19LI, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 351/19LI, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER TÉCNICO QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

31 - TOPONÍMIA DE GANDRA (RUELA D. FAUSTINO MOREIRA DOS SANTOS, TRAVESSA





DA AMIZADE) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil cento e seis, datada de quinze de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, as partes escritas e desenhadas relacionadas com a toponímia na freguesia de Gandra – aprovação da Ruela D. Faustino Moreira dos Santos e Travessa da Amizade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A TOPONÍMIA NA FREGUESIA DE GANDRA - RUELA D. FAUSTINO MOREIRA DOS SANTOS E TRAVESSA DA AMIZADE, NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.


32 - TOPONÍMIA DE SOBREIRA (RUA DE MADERNE) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil trezentos e setenta e seis, datada de quinze de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, as partes escritas e desenhadas relacionadas com a toponímia na freguesia de Sobreira - aprovação da Rua de Maderne.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A TOPONÍMIA NA FREGUESIA DE SOBREIRA - RUA DE MADERNE, NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.

33 - VERSÃO FINAL DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO





Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Setor de Desenvolvimento das Atividades Económicas, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil cento e vinte e dois, datada de quinze de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a versão final da alteração ao Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Paredes.

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A VERSÃO FINAL DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE PAREDES. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.


O senhor Vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do PSD votaram a favor, mas, no entanto, reportam à declaração de voto na altura quando veio a apresentação do regulamento e achamos que havia aqui itens que podiam ser melhorados. No entanto, atendemos que para não haver perda, é mais importante a votação a favor do que contra.”

34 - CANDIDATURA NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EM PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Setor de Desenvolvimento das Atividades Económicas, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil quinhentos e noventa e um, datada de dezoito de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a Minuta do Contrato de Investimento entre o Município de Paredes e a empresa VEDETA CRISTALINA, LIMITADA.

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: “Esta é uma candidatura cujo promotor tem por objetivo adquirir uma fábrica em Lordelo que está neste momento devoluta e dar-lhe nova vida e





como tal, nós entendemos que a cidade de Lordelo e o Concelho como um todo têm muito a ganhar com esse investimento. É um espaço muito central e vamos conceder a isenção de IMT e de IMI para a realização deste investimento.”

Pediu a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que observou: “Quanto aos incentivos, nós achamos bem e esperemos que efetivamente corra bem pois já foi uma fábrica de referência na freguesia, no concelho ou até no Distrito. Só me chamou a atenção o nome da empresa que é recente, presumo que seja *Vedeta Cristalina* com o capital social de 5.000 euros, sem grande histórico e estamos a falar de um investimento de 7 milhões de euros.”


O Senhor Presidente da Câmara referiu que a empresa terá que recorrer ao financiamento bancário para a compra do imóvel.


Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO DE INVESTIMENTO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A EMPRESA VEDETA CRISTALINA, LIMITADA, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

35 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TRSU POR DIFICULDADES ECONÓMICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro do Ambiente, Divisão do Ambiente, com o número de identificação do processo geral, sessenta e um mil quinhentos e oitenta e quatro, datada de catorze de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 09 processos de isenção do pagamento da tarifa de resíduos sólidos urbanos por dificuldades económicas ao abrigo do artigo 66º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços Municipais, objeto de parecer técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social e ainda a listagem de requerimentos cujo parecer técnico foi desfavorável.





Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS E AO ABRIGO DO ARTIGO 66º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS REFERENTE AOS 09 PROCESSOS OBJETO DE PARECER FAVORÁVEL ANEXOS À INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS DELIBERA A NÃO ATRIBUIÇÃO DA ISENÇÃO AOS 11 PROCESSOS OBJETO DE PARECER TÉCNICO DESFAVORÁVEL CONSTANTES DA MESMA INFORMAÇÃO.


36 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro do Ambiente, Divisão do Ambiente, com o número de identificação do processo geral cinquenta e um mil quinhentos e cinquenta e três, datada de dois de agosto do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a isenção do pagamento da TRSU pela empresa Móveis Caracol.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu: “Trata-se especificamente de um pedido de uma empresa e tem a ver com o facto ser fornecedora de serrim para fazer briquetes para as escolas.”

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que salientou: “Não é pelo valor em causa, mas todos nós conhecemos micro e pequenas empresas que até têm alguma dificuldade no escoamento, quer do serrim, quer das fitas mesmo nos ecopontos porque são criados bloqueios para a descarga. Posso até indicar algumas empresas que quase que têm de marcar para descarregar em função do horário disponível e aqui nós temos é que ajudar as empresas. O que eu proponho é que todas estas empresas que fornecerem serrim para fazer os briquetes fiquem libertas do pagamento da TRSU.”





Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 46º DA POSTURA DE RESÍDUOS URBANOS E HIGIENE PÚBLICA DO CONCELHO DE PAREDES A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TRSU PELA EMPRESA “MÓVEIS CARACOL” CONFORME PROPOSTO.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram a favor fazendo crer que todos os pedidos que vierem das empresas que fazem o mesmo tipo de fornecimento terão o mesmo tipo de isenção.”


37 - SISTEMATIZAÇÃO DOS APOIOS SOCIAIS ATRIBUÍDOS PELO MUNICÍPIO DE PAREDES NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - PARA CONHECIMENTO


Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e oito mil seiscientos e quarenta seis, datada de quatro de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal uma sistematização de dados dos agregados familiares apoiados no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - SAAS de Paredes, referente ao mês de agosto.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

38 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE CRISTELO NO ÂMBITO DO FIM DE SEMANA CULTURAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural e Turismo, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e seis mil trezentos e noventa e oito, datada de vinte e nove de agosto do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Cristelo no âmbito da





realização do “Fim de Semana Cultural”.

Colocado o assunto a votação,

AS CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 4.000 À FREGUESIA DE CRISTELO NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DO “FIM DE SEMANA CULTURAL” CONFORME PROPOSTO. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

39 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO RANCHO FOLCLÓRICO DA FREGUESIA DE AGUIAR DE SOUSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e sete mil oitocentos e setenta e um, datada de um de setembro do corrente ano, relacionada com a atribuição de apoio financeiro ao Rancho Folclórico da Freguesia de Aguiar de Sousa.

Pediu a palavra o Vereador, Ricardo Sousa, que disse o seguinte: “Uma vez que existe um subsídio anual aos ranchos para o exercício das suas atividades, ao deliberarmos este, gostaria de saber se todos os outros grupos folclóricos terão o mesmo direito, uma vez que todos têm deslocações. Se houver este compromisso, naturalmente votaremos a favor”.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 900 AO RANCHO FOLCLÓRICO DA FREGUESIA DE AGUIAR DE SOUSA PARA ASSEGURAR O TRANSPORTE PARA ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES DO RANCHO.

40 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE SOBREIRA NO ÂMBITO DA CELEBRAÇÃO


DO 20º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DA FREGUESIA AO ESTATUTO DE VILA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural, com o número de identificação de processo geral cinquenta e seis mil trezentos e cinquenta e nove, datada de vinte e nove de agosto do corrente ano, a propor a atribuição de um subsídio à Freguesia de Sobreira.

Tomou palavra o senhor Vereador Ricardo Sousa que disse: “Eu não sei se outras Freguesias pediram apoio, ou não. Houve três Freguesias a celebrar a elevação a cidade, que foram Rebordosa, Lordelo e Gandra, na mesma altura e houve outras Freguesias a celebrar a elevação a Vila. Nós só estamos a conceder apoio apenas a uma das Freguesias que naturalmente merece, como acho que o merecem todas. Mas nós estamos a conceder este apoio porque foi só esta que pediu? Foi só esta a contemplada ou foi entendido que esta Freguesia é que merecia este apoio para a celebração da elevação a Vila?”

O senhor Presidente da Câmara esclareceu: “Uma das características pela qual eu sou conhecido, entre muitas, é a coerência. A coerência faz com que nós analisemos o que é igual de forma igual, e o que é diferente de forma diferente. As comemorações de elevação a Vila da Sobreira, coincidem sempre com as Festas da Sobreira e isso tem outro tipo de logística que não têm as outras. Em Rebordosa fazem de outra forma, até com homenagens com almoços ou jantares. Lordelo faz no seu edifício que lembra uma Câmara Municipal, ao contrário por exemplo da Sobreira que não dispõe de um espaço como Lordelo para o fazer pelo que, normalmente é feito na Alameda. Ora, para o fazer na Alameda têm de ter um palco, som e luz e, portanto, este apoio tem a ver com isso, ou seja, tem a ver com a especificidade do evento pois que a cerimónia da Sobreira é feita na Alameda num palco enquanto que outras são feitas dentro dos edifícios.”

O senhor Vereador Ricardo Sousa acrescentou: “O que posso deduzir pela sua explicação, é que junto com as festas estamos a pagar o palco e este contribuirá para as festas e também o som e ainda vem aqui um espetáculo artístico, presumo que para pagamento a alguém que cantou na cerimónia.”





Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 3.000 À FREGUESIA DE SOBREIRA NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO 20º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DA FREGUESIA À CATEGORIA DE VILA. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.


O senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram a favor e após a explicação esperam que nos próximos anos se outras freguesias recorrerem em circunstâncias similares, que o apoio seja também concedido da mesma forma que foi agora concedido à Freguesia da Sobreira.”

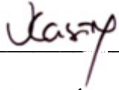
41 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE LOUREDO NO ÂMBITO DE PROGRAMA DOMINGÃO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural, com o número de identificação de processo geral cinquenta e seis mil trezentos e trinta e quatro, datada de vinte e nove de agosto do corrente ano, a propor a atribuição de um subsídio à Freguesia de Louredo.

O Senhor Presidente da Câmara observou: “Surgiu a oportunidade de ter este programa que divulga e os concelhos naquele que era o fim de semana das festas de Louredo. Juntamente com a Junta de Freguesia, nós entendemos que fazia sentido juntar este programa às festas em Louredo e aproveitou-se essa oportunidade.”

Interveio o Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou: “Presumo que por várias vezes já tivemos o programa *Domingão* no concelho de Paredes, aliás, devemos ser o concelho do País que mais vezes recebeu esse programa da SIC. Nós temos várias dificuldades no concelho e isto depois está no entender de quem propõe, gere e aprova e aqui parece-me que em parceria com





Louredo, mas com o Município a pagar voltámos a ter uma iniciativa repetida de outras. É mais uma promoção que a nós nos parece fugaz e achamos que este dinheiro devia ter sido aplicado noutras necessidades ou circunstâncias que às vezes o município nega e que seriam mais prioritárias para o concelho. Não tem nada a ver com Louredo, gostamos muito de Louredo, isto nem sequer se circunscreveu apenas a Louredo, parece-nos que foi um completar de rota comparativamente às outras edições deste programa em Paredes, para complementar com estas freguesias. Por isso nós entendemos que este valor devia ser redirecionado, podemos perceber uma vez, duas ou três acho que não fará tanto sentido e daí votarmos contra.”

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DOIS VOTOS CONTRA DO PSD, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 6.027 À FREGUESIA DE LOUREDO PARA SUPORTE DAS DESPESAS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO TURÍSTICA, CULTURAL E PATRIMONIAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.


42 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural e Turismo, com o número de identificação de processo geral sessenta e um mil quatrocentos e trinta e oito, datada de catorze de setembro do corrente ano, a propor a atribuição de um subsídio ao Conservatório de Música de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 1.000 AO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE PAREDES NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO DO CORO FEMININO NO EVENTO DE NÍVEL MUNDIAL







“VOICES FOR PEACE 2023” EM ITÁLIA.

43 - CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Educação, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e oito, datada de sete de setembro do corrente ano, relacionada com a revisão da Carta Educativa do Município de Paredes.

Foi dada a palavra ao vereador Dr. Paulo Silva que esclareceu: “Este é o resultado de um trabalho iniciado há cerca de um ano. Esta Carta Educativa obedece a um guião que foi estabelecido pelos organismos estatais como o IGeFE e a DGEstE. Como é óbvio, não era um guião fechado e deu aos municípios a liberdade para construírem a sua Carta Educativa embora devessem obedecer a determinadas regras e determinados padrões. De uma forma geral este é um documento mais imaterial e não tanto material, temos aqui previstas algumas questões materiais nomeadamente a remodelação de escolas e investimentos no Parque Escolar. São remodelações que já foram dadas a conhecer e estamos a trabalhar nelas em termos de candidaturas como aquelas 4 grandes obras que prevemos fazer nas escolas que têm neste momento maior prioridade na necessidade de intervenção que são a EB 2,3 S de Paredes, a EB 2,3 S da Sobreira, a ES de Vilela a ES Daniel Faria de Baltar. Em termos materiais será nestas escolas o grosso da intervenção e nas restantes estamos a falar de questões imateriais tais como a aposta no reforço e qualificação dos atores educativos, sejam eles os funcionários, sejam eles os pais, como trabalhar na questão da oferta educativa procurando adequar a mesma a projetos educativos à comunidade em que nós nos encontramos e à realidade local, nomeadamente as questões de uma oferta formativa que se adequa também à nossa realidade local. É óbvio que a grande premissa que aqui está sempre presente é a promoção do sucesso educativo, trabalhamos muito na articulação com a comunidade educativa e o apoio nas infraestruturas e também na mobilidade da rede educativa. Ao longo deste tempo constituíram-se vários grupos de trabalho a que demos o nome de *Grupos Focais* com várias entidades, desde logo com os diretores das escolas, com os pais, com as associações de estudantes que foi das que mais me surpreendeu porque não acreditava que iríamos ter jovens para participar. A própria Escola Superior de Educação ficou surpreendida com a qualidade deste







grupo em que as associações de estudantes participaram em força com observações bastante pertinentes sobre a escola. Tivemos também a participação das IPSS, dos presidentes de Junta de Freguesia, ou seja, praticamente todos os parceiros que normalmente vão lidando com a comunidade educativa e todos eles deram o seu contributo para este documento. O trabalho foi orientado e supervisionado pela Escola Superior de Educação que é uma entidade que igualmente trabalha estas questões e que também foi apresentando propostas e vão assim conhecendo a realidade local porque têm vários trabalhos e têm alunos que fazem tese de mestrado muitas vezes baseadas em escolas de Paredes. Isto foi sendo sempre acompanhado pelo Conselho Municipal da Educação que foi tendo oportunidade de se pronunciar e dar sugestões que foram tidas em conta para que a Carta Educativa fosse num ou noutro sentido como se pode constatar pelas respetivas atas. Depois tivemos o período de discussão pública no qual não foram apresentadas quaisquer sugestões e melhorias e recentemente foi votada no Conselho Municipal de Educação - CME que, pese embora não tenha poder vinculativo, foi aprovada por unanimidade dos presentes. É um documento que promove um conjunto de iniciativas, algumas das quais estão já a ser implementadas mesmo antes de sua aprovação, nomeadamente o podermos ter outro tipo de técnicos a trabalhar nas escolas tais como terapeutas que estamos a fazer em conjunto com a CESPU que foi a entidade que na altura se candidatou e que venceu o concurso. Temos já terapeutas ocupacionais, por exemplo, terapeutas da fala, que foi uma das necessidades que nos foi relatada pelas escolas, quer pelos órgãos de gestão, quer por alguns pais e já estamos a trabalhar nesse âmbito. Esta é uma Carta Educativa que não tem nada a ver com a anterior, é mais imaterial do que material porque é assim que é preconizada a visão a nível nacional.”

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou: “Ficámos a saber que foi um processo que envolveu todos os atores que participam no processo educativo em Paredes e em termos de grandes obras no Parque Escolar, será a completa remodelação das EBS da Sobreira, Paredes, Vilela e Daniel Faria em Baltar e depois as outras questões são mais imateriais.”

Usou da palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que salientou: “Sobre a Carta Educativa, confesso que foi humanamente impossível prepararmo-nos com a dignidade e com a relevância que ela merecia. Obviamente que percebemos que no fim o que se pretende é o sucesso educativo





e é isso que nós todos desejamos, mas não nos é possível responder com a clarividência que devíamos ter e daí abstermo-nos. Queremos acreditar que daqui por uns anos o sucesso educativo irá corresponder àquilo que almejamos para os nossos alunos e acreditando que as obras nas escolas aconteçam porque são bens de primeira necessidade.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, AUTORIZAR A SUBMISSÃO DO DOCUMENTO DE REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA NA PLATAFORMA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA EFEITOS DE PRONÚNCIA NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.


44 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO ALIADOS FUTEBOL CLUBE DE LORDELO - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e da Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta mil cento e setenta e dois, datada de catorze de setembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao Aliados Futebol Clube de Lordelo.

O Senhor Presidente da Câmara justificou: “Tratar-se de um apoio para a reparação de danos provocados pelo recente incêndio em torno do estádio.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO ALIADOS FUTEBOL CLUBE DE LORDELO NO VALOR DE € 3.676.60, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO





EXECUTIVO MUNICIPAL.

45 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO PORTO - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO- REALIZAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO DO PRÉMIO CÂNDIDO BARBOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e da Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil setecentos e quatro, datada de catorze de setembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Associação de Ciclismo do Porto.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO PORTO NO VALOR DE € 9.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

46 - PEDIDO DE APOIO À REALIZAÇÃO DO PAREDES MASTER PADEL - MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e da Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil quinhentos e vinte e oito, datada de dezoito de setembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Federação Portuguesa de Padel.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que disse: “Foi um evento que eu reputo de muito positivo em que tivemos um investimento de 20.000 euros sobretudo com a montagem do campo no Pavilhão Multiusos que cada vez mais se impõe como um Multiusos que se adapta a





qualquer tipo de modalidade. Foram muitas as pessoas que ao longo da semana acorreram a Paredes, sobretudo no fim de semana.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PADEL NO VALOR DE € 20.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

47 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO NOTURNOS DE PAREDES PARA A REALIZAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO DO TRAIL DO AQUEDUTO - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e da Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta mil cento e cinquenta, datada de catorze de setembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Associação Noturnos de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO NOTURNOS DE PAREDES NO VALOR DE € 2.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

48 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À REALIZAÇÃO DO 2º TRIATLO VERDE DE PAREDES - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO





Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e da Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta mil duzentos e dez, datada de catorze de setembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Musical de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL DE PAREDES NO VALOR DE € 2.500, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

49 - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - MINUTA APOIO À FORMAÇÃO - ÉPOCA 2023/2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e da Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil novecentos e quarenta e nove, datada de quinze de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a Minuta de Apoio à Formação - época 2023/2024.

O Senhor Presidente da Câmara sublinhou que são 115.000 euros para apoio à formação dos clubes inscritos nas federações e associações para a próxima época desportiva.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA APOIO À FORMAÇÃO - ÉPOCA 2023/2024, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.





50 - CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - CLUBES DE FUTEBOL - APOIO À ÉPOCA DESPORTIVA 2023/2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e da Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil novecentos e cinquenta e nove, datada de quinze de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a Minuta de Apoio à Época Desportiva 2023/2024.

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA APOIO À ÉPOCA DESPORTIVA 2023/2024, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.


51 - CANCELAMENTO DA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE ASTROMIL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil cento e dezasseis, datada de treze de setembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal o cancelamento da atribuição do subsídio à Freguesia de Astromil.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O CANCELAMENTO DA ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO À FREGUESIA DE ASTROMIL CONFORME PROPOSTO. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.





52 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto no artigo quadragésimo nono da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, tendo-se verificado o pedido de intervenção do senhor Manuel Pinho.

Manuel Pinho - Referiu-se à criação de um Regulamento de utilização dos espaços, nomeadamente o Auditório e o Pavilhão Multiusos no sentido de que haja mais transparência e para que as várias entidades, públicas ou privadas possam usufruir dos mesmos. Questionou se está a ser elaborado algum Regulamento para o efeito já que anteriormente esta sugestão mereceu a concordância do Presidente da Câmara? Relativamente ao novo ano escolar, abordou a importância da alimentação escolar e das respetivas refeições e questionou:

- 1- Que balanço faz o executivo quanto às refeições escolares no ano escolar anterior após o problema surgido com a alimentação?
- 2- Qual a possibilidade de as refeições escolares passarem a ser confeccionadas por administração direta do município e não por entidades externas tal como acontece noutros municípios como Paços de Ferreira e Lousada?


Revelou que existe uma grande preocupação da comunidade escolar do Centro Escolar de Mouriz devido ao péssimo acesso ao mesmo o que constantemente causa problemas e que, por isso, é uma zona que carece de intervenção para a qual já existe projeto. Questionou, então, sobre o porquê da demora que também prejudica o acesso à Cidade Desportiva e a toda a zona envolvente?


Relativamente à mobilidade inquiriu:

- 1- Para quando o Plano de Mobilidade Sustentável?
- 2- Para quando mais postos de carregamento de veículos elétricos?
- 3- Para quando a resolução da situação da Avenida da República?
- 4- Para quando as já anunciadas rotundas junto ao Centro de Saúde de Paredes?

Lembrou que o Senhor Presidente da Câmara afirmou que ia dar conhecimento do programa relacionado com a nova mobilidade para a Área Metropolitana do Porto e aproveitou para perguntar sobre o que é que vai mudar no Concelho de Paredes ao nível da mobilidade?

Adiantou que mais um ano escolar vai começar e que não se pode deixar de ajudar as bandas





musicais existente no concelho como o executivo o tem feito e salientou que é necessário reforçar o ensino. Realçou que, entre outras, a Banda Musical de Vilela carece de um espaço e de novas condições para poderem lecionar música e formar novos músicos para o Concelho de Paredes.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que afirmou o seguinte: “Relativamente ao Auditório, efetivamente, como sendo o grande espaço por excelência, vai passar a receber os eventos culturais e musicais mais significativos. Está a ser elaborado um Regulamento não só para a utilização do Centro de Congressos como também para os outros dois espaços do Auditório para 500 pessoas e para o mais pequeno. Também está a começar a ser preparada a programação porque prevemos que a inauguração seja no dia 25 de Abril. Quanto ao ano escolar, como sabe, houve aquelas dificuldades que se prenderam com o início e com o facto de ter havido mudanças nos fornecedores do novo concurso, houve uma fase de adaptação e posteriormente não tivemos nota de que outras situações tão graves como aquela tenham ocorrido. Pusemos em marcha um plano em que temos uma pessoa que se dedica inteiramente ao acompanhamento constante das cantinas para saber se os alimentos que vão ser preparados naquela semana são atempadamente adquiridos, se as ementas estão afixadas, se está tudo programado e as coisas têm corrido bem. Eu também gostava que as refeições fossem confeccionadas nas nossas cantinas, mas comparou-nos com municípios mais pequenos que o nosso, Paços de Ferreira é quase metade de Paredes. Em municípios como esses a questão da contratação pública mais é fácil, agora, nós contratávamos o pessoal para servir e cozinhar, mas depois, o procedimento para a aquisição dos alimentos era complexo. É uma questão que não é fácil, ainda estamos a estudar não digo que no futuro não possa vir a acontecer e mesmo os centros escolares foram preparados para aquecer e não propriamente para confeccionar. Quanto ao acesso ao Centro Escolar de Mouriz que também é o acesso ao Complexo Desportivo, internamente nós só temos o projeto de arquitetura desenvolvido, ou seja, ainda fomos nós que terminámos a compra dos terrenos porque estavam apalavrados, mas não tinham sido comprados e já está feito, temos é que avançar agora com as especialidades e saber quanto custa. Essa é uma das obras que conto fazer ainda até ao final deste mandato, agora, não posso só fazer obras em Paredes, falou da rotunda junto ao Centro de Saúde, mas o concelho não é só Paredes onde temos feito grandes investimentos e vamos continuar a fazê-los, mas também temos que fazer investimentos no resto do concelho, as coisas têm que ser bem estruturadas e bem definidas no tempo. Quanto à questão da eficiência energética, dizer-lhe



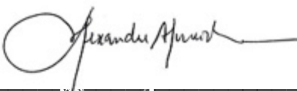


que vamos participar numa comunidade energética que é a LIPOR que abrange não só os municípios da AMP como também os concelhos limítrofes que manifestaram interesse em participar nessa comunidade energética. Isto vai garantir-nos uma poupança adicional na ordem dos 30% no consumo energético. Quanto às bandas musicais, concordo plenamente com o que disse e nós já temos um projeto de arquitetura feito para obras a fazer na escola antiga onde está a Banda de Música de Vilela. Estamos agora a adjudicar as especialidades para sabermos quanto é que custa, há algumas complexidades em termos de acústica porque vai ter um auditório para ensaios e para a promoção de alguns espetáculos. A seguir ao Museu do Mobiliário em Vilela, é uma obra que nós temos em cima da mesa para avançar.

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade.

Sendo doze horas e vinte minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião

E eu, Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe de Divisão Administrativa, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.



Alexandre Almeida, Dr.

